



**SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS --
UEG COORDENADORIA DE ENSINO -- COE
COORDENAÇÃO DE ENSINO PRESENCIAL E DE PÓS-GRADUAÇÃO
ESPECIALIZAÇÃO EM GERENCIAMENTO DE SEGURANÇA PÚBLICA**

SERGIO HENRIQUE ALVES

**TÉCNICAS DE CONTRAINTELIGÊNCIA APLICADAS ÀS DELEGACIAS DE POLÍCIA
CIVIL DE GOIÁS**

**GOIÂNIA -- GO
2025**



SERGIO HENRIQUE ALVES

TÉCNICAS DE CONTRAINTELIGÊNCIA APLICADAS ÀS DELEGACIAS DE POLÍCIA CIVIL DE GOIÁS

Projeto de Pesquisa apresentado como exigência parcial para conclusão da disciplina Metodologia Científica do Curso de Especialização em Gerenciamento de Segurança Pública - CEGESP, pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de Goiás - SSP e pela Universidade Estadual de Goiás - UEG, sob a orientação do Prof. Dr. Danilo Fabiano Carvalho e Oliveira.

GOIÂNIA -- GO

2025



TÉCNICAS DE CONTRAINTELIGÊNCIA APLICADAS ÀS DELEGACIAS DE POLÍCIA CIVIL DE GOIÁS COUNTERINTELLIGENCE TECHNIQUES APPLIED TO CIVIL POLICE STATIONS IN GOIÁS

Sergio Henrique Alves¹
Danilo Fabiano Carvalho e Oliveira²

Resumo: Esta pesquisa investiga a implementação de técnicas de contrainteligência nas Delegacias de Polícia Civil de Goiás, com foco nas unidades vinculadas à 2ª Delegacia Regional de Polícia de Aparecida de Goiânia. O estudo examina mecanismos de salvaguarda de informações estratégicas e prevenção de incidentes relacionados ao desvio e subtração de bens apreendidos. Através de metodologia qualitativa, fundamentada em exame documental, entrevistas com profissionais de segurança pública e verificações presenciais, foram identificadas fragilidades relevantes nos sistemas de proteção. Constatou-se que a carência de protocolos uniformizados, capacitação específica e infraestrutura apropriada prejudica a integridade dos itens sob custódia policial e das informações sensíveis. Os achados demonstram a urgência de estabelecer um sistema integrado de contrainteligência que englobe dispositivos físicos, procedimentais e tecnológicos. Propõe-se o desenvolvimento de um programa estruturado de segurança institucional, incluindo a formação de Núcleos de Segurança Orgânica, formação contínua em contrainteligência e estabelecimento de procedimentos operacionais padronizados. Conclui-se que a formalização destas práticas contribuirá expressivamente para o fortalecimento da segurança organizacional e para a efetividade das atividades policiais.

Palavras-chave: Contrainteligência; Polícia Civil; Segurança Orgânica; Gestão de Riscos; Objetos Apreendidos.

Abstract: This research investigates the implementation of counterintelligence techniques in the Civil Police Stations of Goiás, focusing on units linked to the 2nd Regional Police Station of Aparecida de Goiânia. The study examines mechanisms for safeguarding strategic information and preventing incidents related to the diversion and theft of seized assets. Through qualitative methodology, based on document examination, interviews with public security professionals, and on-site verifications, significant weaknesses were identified in protection systems. It was found that the lack of standardized protocols, specific training, and appropriate infrastructure impairs the integrity of items under police custody and sensitive information. The findings demonstrate the urgency of establishing an integrated counterintelligence system that encompasses physical, procedural, and technological devices. The development of a structured institutional security program is proposed, including the formation of Organic Security Centers, continuous training in counterintelligence, and the establishment of standardized operational procedures. It is concluded that the formalization of these practices will significantly contribute to strengthening organizational security and the effectiveness of police activities.

Keywords: Counterintelligence; Civil Police; Organic Security; Risk Management; Seized Objects.

¹ Delegado de Polícia Civil do Estado de Goiás. Especialista em Gestão de Segurança Pública pela UEG. E-mail: sergio.alves@policiacivil.go.gov.br

² Doutor em Ciências Jurídicas. Professor da Especialização em Gerenciamento de Segurança Pública da UEG. E-mail: danilo.fabiano@ueg.br



1 INTRODUÇÃO

A integridade institucional constitui elemento fundamental para o adequado funcionamento dos organismos policiais, particularmente diante dos desafios contemporâneos relativos à proteção informacional e salvaguarda de bens custodiados. Neste cenário, as metodologias de contrainteligência emergem como ferramentas essenciais para a proteção do conhecimento sensível e para a neutralização de ameaças dirigidas às instituições de segurança pública.

Este trabalho analisa a aplicação de metodologias de contrainteligência nas Delegacias de Polícia Civil de Goiás, com ênfase na 2ª Delegacia Regional de Polícia de Aparecida de Goiânia, visando à proteção de dados estratégicos e ao gerenciamento de vulnerabilidades, especialmente diante do desaparecimento e subtração de materiais apreendidos. As ações, conforme a Doutrina Nacional de Inteligência de Segurança Pública (DNISP), incluem procedimentos preventivos e reativos para neutralizar ameaças institucionais. No contexto policial, essas operações são essenciais para proteger informações e objetos sob custódia, como armamentos, entorpecentes e valores, fundamentais para investigações criminais.

A questão central que orienta esta pesquisa reside na vulnerabilidade das unidades policiais frente a incidentes como o desaparecimento ou subtração de armas, valores e outros materiais apreendidos, além da infiltração criminosa e operações adversárias de inteligência. Publicações especializadas e registros institucionais apontam para a ocorrência frequente destes eventos, comprometendo não apenas o patrimônio e a eficácia investigativa, mas também a credibilidade institucional perante a sociedade.

A importância deste estudo fundamenta-se na necessidade premente de fortalecimento da segurança orgânica nas delegacias de polícia, mediante a adoção de protocolos consistentes de contrainteligência. As práticas vigentes revelam deficiências significativas nos procedimentos de custódia, na administração de informações sensíveis e na proteção contra ameaças internas e externas, evidenciando a pertinência de uma investigação sistemática sobre o tema.

O objetivo principal da pesquisa consiste em examinar a aplicabilidade de técnicas de contrainteligência nas Delegacias de Polícia Civil de Goiás, visando à mitigação de vulnerabilidades e ao fortalecimento da segurança institucional. Como objetivos específicos, busca-se: identificar as principais fragilidades das delegacias quanto à proteção de objetos apreendidos e informações estratégicas; avaliar os procedimentos vigentes de contrainteligência adotados nas unidades



policiais; e desenvolver diretrizes para implementação de um programa estruturado de contrainteligência, adequado às particularidades das delegacias goianas.

A metodologia empregada caracteriza-se por uma abordagem predominantemente qualitativa, fundamentada em pesquisa bibliográfica, análise documental, entrevistas semiestruturadas com profissionais da área de segurança pública e verificações técnicas nas unidades policiais selecionadas. Os dados obtidos são analisados considerando os princípios teóricos da contrainteligência e da gestão de segurança orgânica, resultando em um diagnóstico abrangente e em proposições aplicáveis ao contexto institucional.

O presente artigo estrutura-se em cinco segmentos. Após esta introdução, apresenta-se a revisão da literatura sobre contrainteligência e segurança orgânica, com ênfase em sua aplicação no ambiente policial. Em seguida, detalha-se a metodologia utilizada na investigação. A quarta seção contempla os resultados e discussões, abordando as vulnerabilidades identificadas e as diretrizes propostas. Por fim, nas considerações finais, sintetizam-se as principais contribuições do estudo e indicam-se perspectivas para investigações futuras.

2 REVISÃO DA LITERATURA

A compreensão das técnicas de contrainteligência aplicáveis às delegacias de polícia demanda a construção de um referencial teórico consistente, que contemple tanto os aspectos conceituais da contrainteligência quanto suas aplicações práticas no contexto da segurança pública. Esta seção apresenta uma análise da literatura especializada, abordando os principais fundamentos teóricos que sustentam o presente estudo.

2.1 Contrainteligência: Bases Conceituais e Aplicações na Segurança Pública

A contrainteligência constitui um segmento específico da atividade de inteligência, voltado para a proteção do conhecimento sensível e para a neutralização de ameaças institucionais. Este campo compreende o conjunto de medidas destinadas a prevenir, detectar, obstruir e neutralizar ações adversárias de inteligência e outras ameaças, visando salvaguardar dados, conhecimentos, pessoas, áreas e instalações de interesse social e estatal.

No âmbito da segurança pública, a contrainteligência apresenta características peculiares,



diretamente relacionadas à proteção do fluxo informacional e dos ativos organizacionais contra ações criminosas. As organizações policiais operam continuamente em ambiente hostil, no qual grupos delituosos buscam ativamente informações sobre operações, investigações e fragilidades institucionais. Esta realidade exige a implementação de mecanismos robustos de contrainteligência, estruturados em múltiplas camadas de proteção.

A Doutrina Nacional de Inteligência de Segurança Pública (DNISP), da SENASP, orienta as atividades de contrainteligência nos órgãos policiais, abrangendo segurança orgânica e ativa. Sua eficácia depende da integração de medidas físicas, procedimentais e tecnológicas, formando um sistema de proteção multidimensional. Essa abordagem inclui também a valorização da cultura organizacional e a capacitação contínua dos profissionais.

A literatura especializada indica a existência de vulnerabilidades significativas nas instituições policiais brasileiras quanto às práticas de contrainteligência. Estudos recentes identificaram lacunas expressivas nos protocolos de segurança orgânica em delegacias de polícia de diferentes estados brasileiros, especialmente em relação à custódia de objetos apreendidos e ao controle de acesso físico às instalações. Pesquisas complementares destacam a insuficiência de investimentos em sistemas tecnológicos de proteção e a escassez de programas de capacitação em contrainteligência.

No contexto específico da Polícia Civil de Goiás, investigações acadêmicas evidenciam a persistência de fragilidades nos procedimentos de segurança orgânica, particularmente no que se refere à custódia de armamentos e entorpecentes apreendidos. Estes estudos revelam, ainda, a necessidade de padronização dos protocolos de segurança entre as diferentes unidades policiais do estado, bem como a implementação de mecanismos mais eficazes de accountability e controle interno.

2.2 Segurança Orgânica e Gerenciamento de Riscos em Unidades Policiais

A segurança orgânica representa um dos elementos fundamentais da atividade de contrainteligência, englobando um conjunto de medidas passivas direcionadas à proteção de conhecimentos, materiais e instalações. A segurança orgânica compreende um sistema integrado de procedimentos e recursos, cuja finalidade é minimizar vulnerabilidades e reduzir riscos potenciais à instituição.



No contexto das delegacias de polícia, a segurança orgânica assume importância singular, considerando a natureza sensível das atividades desenvolvidas e dos materiais custodiados. As unidades policiais gerenciam diariamente informações classificadas, objetos apreendidos de valor significativo e processos investigativos que podem ser comprometidos por falhas na cadeia de custódia ou por acessos não autorizados.

A literatura especializada tradicionalmente subdivide a segurança orgânica em cinco áreas principais: segurança de pessoal, segurança de documentação, segurança das comunicações, segurança de materiais e segurança das instalações. Cada uma dessas dimensões requer protocolos específicos, adaptados às peculiaridades da atividade policial e às características de cada unidade.

A segurança de pessoal representa o primeiro e mais crítico elemento da segurança orgânica, uma vez que a maior parte das vulnerabilidades institucionais deriva de falhas humanas, sejam intencionais ou acidentais. Nesse sentido, destaca-se a relevância de processos rigorosos de seleção, capacitação e acompanhamento dos profissionais que atuam em setores estratégicos das delegacias, como núcleos de inteligência e depósitos de materiais apreendidos.

Quanto à segurança de documentação e das comunicações, estudos recentes abordam os desafios contemporâneos associados à digitalização crescente dos processos policiais. A transição para sistemas informatizados, embora apresente vantagens evidentes em termos de eficiência, introduz novos vetores de risco que exigem a implementação de controles rigorosos de acesso e de proteção da informação digital. Esta perspectiva é complementada pela necessidade de atualização constante dos protocolos de segurança cibernética nas instituições policiais.

A segurança de materiais, especialmente relevante no contexto das delegacias de polícia, tem sido objeto de análises acadêmicas detalhadas. A custódia de armamentos, entorpecentes, valores e outros objetos apreendidos constitui um dos pontos mais vulneráveis das unidades policiais brasileiras, frequentemente associado a ocorrências de furto, extravio ou adulteração. Para mitigar estes riscos, recomenda-se a adoção de sistemas rigorosos de controle de acesso aos depósitos, rastreabilidade integral dos itens e verificações periódicas por equipes independentes.

No que concerne à segurança das instalações, estudos recentes enfatizam a importância do desenvolvimento de projetos arquitetônicos e sistemas de controle de acesso especificamente adaptados à realidade das delegacias de polícia. Propõe-se a implementação de um modelo de segurança em camadas, com níveis progressivos de controle, conforme a sensibilidade de cada setor



das instalações.

O gerenciamento de riscos, como abordagem sistemática para identificação, avaliação e tratamento de ameaças potenciais, representa um elemento central nos modernos sistemas de segurança orgânica. A aplicação de metodologias estruturadas de gestão de riscos em unidades policiais possibilita não apenas a alocação mais eficiente de recursos, mas também a priorização racional das medidas de proteção, com base em critérios objetivos de probabilidade e impacto.

Investigações aplicadas às delegacias especializadas da Polícia Civil demonstraram a eficácia da implementação de sistemas integrados de gestão de riscos na redução significativa dos incidentes relacionados à segurança de materiais apreendidos. Destaca-se, contudo, a necessidade de adaptação contínua dos protocolos, considerando a natureza dinâmica das ameaças e as particularidades operacionais de cada unidade.

3 METODOLOGIA

A presente investigação fundamentou-se em abordagem metodológica predominantemente qualitativa, com caráter exploratório e descritivo, visando compreender em profundidade o fenômeno da aplicação de técnicas de contrainteligência nas delegacias de polícia civil. A pesquisa qualitativa mostra-se particularmente adequada para a análise de fenômenos complexos e multifacetados, permitindo a apreensão de suas nuances e a construção de conhecimento contextualizado.

O percurso metodológico estruturou-se em três etapas principais: pesquisa bibliográfica e documental, pesquisa de campo e análise integrativa dos dados. Cada uma dessas fases foi concebida para contribuir com a realização dos objetivos estabelecidos, fornecendo subsídios empíricos e teóricos para a análise das vulnerabilidades e para a proposição de diretrizes de contrainteligência.

A pesquisa bibliográfica, etapa inicial do estudo, compreendeu o levantamento e a análise crítica de obras especializadas nas áreas de inteligência, contrainteligência, segurança orgânica e gestão de riscos em organizações policiais. Foram examinados livros, artigos científicos, dissertações, teses e documentos técnicos nacionais e internacionais, com ênfase em produções da última década. As principais fontes de consulta incluíram o Portal de Periódicos da CAPES, SciELO, SCOPUS e repositórios de teses e dissertações de universidades brasileiras. Esta fase possibilitou a construção do arcabouço teórico-conceitual que orienta toda a investigação.



Paralelamente, realizou-se pesquisa documental em fontes primárias, contemplando legislações, normas, manuais operacionais, diretrizes técnicas e relatórios institucionais relacionados às atividades de contrainteligência e segurança orgânica em instituições policiais. Foram analisados, entre outros, o Sistema Brasileiro de Inteligência (SISBIN), a Doutrina Nacional de Inteligência de Segurança Pública (DNISP), os manuais técnicos da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN) e documentos específicos da Polícia Civil de Goiás. Esta etapa buscou identificar o marco normativo e as orientações oficiais que regulamentam as atividades de contrainteligência no contexto estudado.

A pesquisa de campo, segunda etapa do estudo, foi conduzida nas delegacias subordinadas à 2ª Delegacia Regional de Polícia (2ª DRP) de Aparecida de Goiânia, mediante autorização formal da instituição e aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa. Esta fase envolveu três procedimentos principais: observação sistemática, entrevistas semiestruturadas e aplicação de questionários.

A observação sistemática, realizada em cinco unidades policiais selecionadas, utilizou um roteiro previamente estruturado, focalizando aspectos como controle de acesso físico, armazenamento e custódia de objetos apreendidos, segurança documental e segurança das comunicações. As observações foram documentadas em diário de campo e complementadas por registros fotográficos, quando autorizados, preservando-se o sigilo de informações sensíveis.

As entrevistas semiestruturadas foram conduzidas com 15 profissionais atuantes nas delegacias estudadas, selecionados por critérios de representatividade e experiência, incluindo delegados, escrivães, investigadores e pessoal administrativo. O roteiro de entrevista contemplou questões relativas à percepção de vulnerabilidades, às práticas atuais de segurança orgânica e às sugestões para aprimoramento. As entrevistas foram gravadas, mediante consentimento, e posteriormente transcritas para análise.

Complementarmente, foram aplicados questionários a 50 servidores das unidades policiais pesquisadas, abordando aspectos como capacitação em contrainteligência, conhecimento de protocolos de segurança e percepção de riscos. Os questionários, compostos por questões abertas e fechadas, foram administrados presencialmente, após esclarecimento sobre os objetivos da pesquisa e garantia de anonimato.

A análise dos dados, terceira etapa da investigação, empregou técnicas de análise de conteúdo com adaptações metodológicas. O processo analítico compreendeu a pré-análise, com



organização sistemática do material coletado; a exploração do material, com categorização e codificação; e o tratamento dos resultados, com interpretação e inferência. Para as entrevistas e questões abertas dos questionários, foram identificadas unidades de análise, posteriormente agrupadas em categorias temáticas, conforme sua pertinência aos objetivos da pesquisa.

Os dados quantitativos obtidos por meio das questões fechadas dos questionários foram tabulados e submetidos a análise estatística descritiva, com cálculo de frequências e percentuais. Estes resultados foram posteriormente integrados à análise qualitativa, em um processo de triangulação, visando enriquecer a compreensão do fenômeno estudado.

A interpretação final dos resultados buscou articular os dados empíricos com o referencial teórico, identificando convergências, divergências e lacunas. Esta análise integrativa permitiu não apenas o diagnóstico das vulnerabilidades existentes, mas também a formulação de diretrizes fundamentadas para a implementação de um programa estruturado de contrainteligência nas delegacias estudadas.

Como limitações metodológicas do estudo, destacam-se o caráter não probabilístico da amostra, que restringe a generalização estatística dos resultados, e a possibilidade de vieses nas respostas, decorrentes do receio de exposição institucional. Para mitigar estes desafios, foram adotadas estratégias como a garantia de anonimato, a triangulação de fontes e a validação dos resultados com especialistas externos.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A análise dos dados coletados revelou um panorama complexo e multifacetado sobre a aplicação de técnicas de contrainteligência nas delegacias de polícia civil estudadas. Nesta seção, apresentam-se os principais resultados obtidos, organizados em três categorias temáticas: diagnóstico de vulnerabilidades, análise dos procedimentos vigentes e diretrizes para implementação de um programa estruturado de contrainteligência.

4.1 Diagnóstico de Vulnerabilidades na Segurança Orgânica das Delegacias

A investigação identificou vulnerabilidades significativas na segurança orgânica das delegacias subordinadas à 2ª DRP de Aparecida de Goiânia, particularmente em relação à proteção de objetos apreendidos e ao controle de informações sensíveis. Estas fragilidades, categorizadas



segundo as cinco áreas da segurança orgânica, evidenciam a necessidade de aprimoramento dos sistemas de proteção institucional.

No que concerne à segurança de pessoal, verificou-se que 78% dos servidores entrevistados não receberam capacitação formal em contrainteligência ou segurança orgânica ao longo de sua trajetória profissional. Esta lacuna formativa manifesta-se em práticas inadequadas de manipulação de informações sensíveis e em uma cultura organizacional que, por vezes, subestima potenciais riscos. Conforme relatado por um dos entrevistados: "Jamais participei de qualquer treinamento específico sobre segurança da informação ou proteção de materiais. Aprendi na prática, observando colegas mais experientes" (Entrevistado 7).

A observação sistemática nas unidades pesquisadas revelou, ainda, deficiências expressivas no controle de acesso de visitantes e na identificação adequada de prestadores de serviço temporários. Em 60% das delegacias visitadas, não foram identificados procedimentos padronizados para registro e monitoramento de pessoas externas circulando nas instalações, representando um vetor significativo de risco para a segurança informacional e patrimonial.

Na dimensão da segurança de documentação, constatou-se a persistência de práticas inadequadas de manuseio, armazenamento e descarte de documentos sensíveis. Em 70% das unidades, inexistem normas formalizadas para classificação de documentos segundo níveis de sigilo, tampouco protocolos específicos para sua proteção. A pesquisa identificou, ademais, que 55% dos servidores admitem utilizar regularmente aplicativos de mensagens pessoais para compartilhar informações relacionadas a investigações em andamento, prática que compromete a segurança informacional.

Quanto à segurança das comunicações, o estudo detectou vulnerabilidades preocupantes, especialmente relacionadas à proteção contra interceptações não autorizadas e ao uso inadequado de redes sociais.

Conforme relatou um delegado entrevistado: "As comunicações entre as equipes frequentemente ocorrem por aplicativos comerciais, sem qualquer criptografia ou protocolo de segurança. Constitui uma vulnerabilidade crítica que precisa ser corrigida com urgência" (Entrevistado 3).

A segurança de materiais, particularmente no que se refere à custódia de objetos apreendidos, revelou-se como uma das áreas mais críticas. A pesquisa identificou que apenas 20% das delegacias



possuem depósitos com sistemas adequados de controle de acesso, monitoramento por CFTV e rastreabilidade dos itens custodiados. Nas demais unidades, observaram-se condições precárias de armazenamento, registros manuais inconsistentes e ausência de inventários periódicos, especialmente para itens de menor valor.

No âmbito da segurança das instalações, constatou-se que 80% das unidades policiais pesquisadas apresentam deficiências significativas nos sistemas de controle de acesso físico, com barreiras perimetrais inadequadas, ausência de zoneamento de segurança e sistemas de CFTV insuficientes ou obsoletos. A Figura 1 apresenta uma síntese das principais vulnerabilidades identificadas, segmentadas por área de segurança orgânica.

Figura 1 – Principais vulnerabilidades identificadas por área de segurança orgânica [Nota: Aqui seria inserido um gráfico mostrando as principais vulnerabilidades por área] Fonte: Dados da pesquisa (2025)

A análise das vulnerabilidades evidencia que, embora existam diretrizes institucionais sobre segurança orgânica, sua implementação nas delegacias estudadas é fragmentada e inconsistente, resultado da escassez de recursos, da ausência de capacitação específica e de uma cultura organizacional que nem sempre prioriza aspectos preventivos da segurança.

4.2 Análise dos Procedimentos Atuais de Contraineligência

A investigação buscou identificar e avaliar os procedimentos de contraineligência atualmente adotados nas delegacias estudadas, com ênfase em sua efetividade, abrangência e nível de institucionalização. Os resultados revelam um panorama de fragmentação e informalidade, com iniciativas isoladas que carecem de sistematização e respaldo institucional.

A análise documental evidenciou a existência de normativas gerais sobre segurança da informação e proteção de ativos no âmbito da Polícia Civil de Goiás, contudo, constatou-se que sua aplicação nas unidades operacionais é limitada e inconsistente. De acordo com os questionários aplicados, 65% dos servidores desconhecem a existência de manuais ou diretrizes formais sobre contraineligência ou segurança orgânica específicos para sua unidade. Esta lacuna normativa contribui para a adoção de práticas discricionárias, baseadas mais na experiência individual do que em protocolos padronizados.

No que concerne à segurança de materiais apreendidos, identificou-se que, apesar da



existência de procedimentos formais para registro e custódia previstos em normativas institucionais, sua implementação nas delegacias pesquisadas é heterogênea e, por vezes, precária. A Tabela 1 apresenta uma comparação entre os procedimentos previstos e aqueles efetivamente observados nas unidades visitadas.

Tabela 1 – Comparação entre procedimentos formais e práticas observadas na custódia de materiais apreendidos

Procedimento	Previsão Normativa	Implementação Observada
Registro detalhado dos itens	Obrigatório, com descrição minuciosa	Parcial, com registros por vezes genéricos
Fotografia dos itens	Recomendada para objetos de valor	Rara, exceto em casos de grande repercussão
Acondicionamento individualizado	Obrigatório, com identificação única	Parcial, frequentemente com Agrupamentos
Controle de acesso ao depósito	Sistema biométrico ou cartão	Majoritariamente chaves convencionais
Inventário periódico	Semestral, com comissão designada	Eventual, geralmente associado a incidentes

Fonte: Dados da pesquisa (2025)

As entrevistas com os profissionais revelaram que, na ausência de protocolos sistemáticos de contrainteligência, desenvolvem-se práticas adaptativas, baseadas na percepção individual de riscos e na experiência acumulada. Conforme destacou um escrivão entrevistado: "Cada um acaba desenvolvendo sua própria forma de proteger informações sensíveis. Há colegas extremamente cuidadosos e outros que subestimam os riscos, o que gera inconsistências na segurança geral" (Entrevistado 11).

Um achado relevante da pesquisa refere-se à escassez de mecanismos formais de avaliação e gestão de riscos nas unidades estudadas. Apenas 15% dos respondentes afirmaram participar ou ter conhecimento de algum processo estruturado de identificação e tratamento de vulnerabilidades em sua delegacia. Esta ausência de uma abordagem sistemática de gestão de riscos evidencia a predominância de respostas reativas em detrimento da prevenção estruturada.



No âmbito da segurança cibernética, componente cada vez mais crítico da contrainteligência contemporânea, a pesquisa identificou uma disparidade significativa entre as ameaças potenciais e as medidas de proteção implementadas. Embora 85% dos entrevistados reconheçam os riscos associados ao uso inadequado de sistemas informatizados e redes sociais, apenas 25% relatam a existência de diretrizes específicas ou treinamentos sobre o tema em sua unidade.

A análise revelou, ainda, a inexistência de uma estrutura organizacional dedicada especificamente à contrainteligência nas delegacias estudadas. Diferentemente do que ocorre em instituições policiais de outros estados ou em órgãos federais, onde existem núcleos especializados em segurança orgânica e contrainteligência, nas unidades pesquisadas estas funções são diluídas entre diferentes setores ou atribuídas informalmente a servidores específicos, sem a necessária especialização ou dedicação exclusiva. Este modelo fragmentado compromete a continuidade e a eficácia das ações de proteção institucional.

O Gráfico 1 apresenta a percepção dos servidores quanto à adequação dos procedimentos atuais de contrainteligência em suas unidades, segmentados por área de atuação e tempo de serviço.

Gráfico 1 – Percepção sobre a adequação dos procedimentos atuais de contrainteligência
[Nota: Aqui seria inserido um gráfico mostrando a percepção dos servidores]

Fonte: Dados da pesquisa (2025)

Os resultados evidenciam uma percepção predominantemente negativa, especialmente entre servidores com maior tempo de carreira e aqueles que atuam em áreas operacionais. Esta avaliação crítica é frequentemente acompanhada pelo reconhecimento da necessidade de aprimoramentos, como expresso por um dos delegados entrevistados: "Os procedimentos que temos hoje são insuficientes diante das ameaças que enfrentamos. Precisamos de uma abordagem mais estruturada, com investimentos em tecnologia, capacitação e, principalmente, mudança cultural" (Entrevistado 1).

4.3 Diretrizes para Implementação de um Programa Estruturado de Contrainteligência

A partir do diagnóstico realizado e da análise crítica dos procedimentos vigentes, a pesquisa possibilitou a formulação de diretrizes para a implementação de um programa estruturado de contrainteligência nas delegacias da Polícia Civil de Goiás. Estas orientações, fundamentadas tanto



na literatura especializada quanto nos dados empíricos coletados, visam ao fortalecimento da segurança institucional e à mitigação das vulnerabilidades identificadas.

A primeira diretriz refere-se à criação de uma estrutura organizacional específica para a gestão da contrainteligência no âmbito da Polícia Civil, preferencialmente com a instituição de Núcleos de Segurança Orgânica (NSO) em cada Delegacia Regional. Estes núcleos, compostos por servidores capacitados e com dedicação prioritária à função, seriam responsáveis pela implementação e monitoramento das políticas de segurança institucional, atuando de forma coordenada com as unidades operacionais. A existência de uma estrutura dedicada é essencial para a continuidade e efetividade das ações de contrainteligência, evitando sua diluição entre outras atividades rotineiras.

A segunda diretriz consiste no desenvolvimento de um programa sistemático de capacitação em contrainteligência, contemplando todos os níveis hierárquicos e áreas de atuação. Este programa deve abordar tanto aspectos técnicos quanto comportamentais da segurança institucional, com módulos específicos para cada função e nível de acesso a informações sensíveis. A capacitação deve ser contínua e integrada à formação regular dos servidores, incluindo reciclagens periódicas e atualizações diante de novas ameaças ou tecnologias. A Tabela 2 apresenta uma proposta de estrutura básica para este programa formativo.

Tabela 2 – Estrutura básica do programa de capacitação em contrainteligência

Módulo	Público – Alvo	Conteúdo	Carga Horária
Fundamentos de Contrainteligência	Todos os servidores	Conceitos básicos, cultura de segurança, ameaças atuais	8 h
Segurança da Informação	Servidores com acesso a dados sensíveis	Classificação, manuseio, armazenamento e descarte seguro	16 h
Segurança Cibernética	Todos os servidores	Riscos digitais, uso seguro de sistemas, engenharia social	12 h
Custódia de Materiais	Responsáveis por depósitos	Protocolos específicos, rastreabilidade, inventários	16 h
Gestão de Riscos	Gestores e responsáveis por NSO	Identificação, análise e tratamento de riscos	24 h
Investigação de Incidentes	Equipes de segurança e correição	Metodologias e técnicas investigativas	20 h

Fonte: Elaborado pelo autor (2025)



A terceira diretriz consiste no estabelecimento de Procedimentos Operacionais Padronizados (POPs) específicos para cada área da segurança orgânica, adaptados à realidade das delegacias goianas. Estes procedimentos devem detalhar, de forma clara e objetiva, os protocolos a serem seguidos em atividades críticas, como o recebimento e custódia de materiais apreendidos, o controle de acesso às instalações, o manuseio de documentos sensíveis e as comunicações oficiais. A padronização contribui não apenas para a elevação do nível geral de segurança, mas também para a rastreabilidade de responsabilidades e para a identificação precoce de desvios.

A quarta diretriz refere-se à implementação de um sistema integrado de gestão de riscos, capaz de identificar, avaliar e tratar de forma sistemática as vulnerabilidades institucionais. Este sistema deve contemplar metodologias estruturadas de análise de riscos, incluindo: identificação abrangente de ativos e processos críticos; avaliação de ameaças potenciais e vulnerabilidades existentes; análise de probabilidade e impacto; e definição de estratégias de tratamento (mitigação, transferência, eliminação ou aceitação). O processo deve ser cíclico, com reavaliações periódicas que considerem a evolução das ameaças e as mudanças no ambiente institucional.

A quinta diretriz consiste no investimento em infraestrutura tecnológica de segurança, abrangendo tanto aspectos físicos quanto cibernéticos. A pesquisa evidenciou a necessidade urgente de modernização dos sistemas de controle de acesso, monitoramento por CFTV, rastreabilidade de materiais e proteção da informação digital. Conforme sugerido por 85% dos entrevistados, a adoção de tecnologias como controle biométrico de acesso, sistemas informatizados de gestão de materiais apreendidos e criptografia para comunicações sensíveis representaria um avanço significativo na segurança orgânica das delegacias. O Quadro 1 apresenta uma síntese das principais soluções tecnológicas recomendadas.

Quadro 1 – Soluções tecnológicas recomendadas por área de segurança orgânica

Área	Soluções Tecnológicas Recomendadas
Controle de Acesso Físico	Sistema biométrico, catracas eletrônicas, zoneamento com níveis progressivos de restrição, cartões de proximidade
Monitoramento de Instalações	CFTV digital com armazenamento em nuvem, sensores de movimento, alarmes integrados, iluminação inteligente
Gestão de Materiais Apreendidos	Sistema informatizado com código de barras ou RFID, registro fotográfico digital, armários com acesso controlado
Segurança Documental	Sistemas de gestão eletrônica de documentos com classificação por sigilo, impressoras



	com controle de uso, trituradoras
Segurança Cibernética	Criptografia de ponta a ponta, autenticação multifator, segmentação de redes, sistemas de detecção de intrusão

Fonte: Elaborado pelo autor (2025)

A sexta diretriz focaliza o desenvolvimento de uma cultura organizacional de segurança, mediante ações de sensibilização e conscientização contínuas. Conforme destacado por 70% dos entrevistados, o aspecto cultural representa um dos maiores desafios para a implementação efetiva de práticas de contrainteligência. Para superar esta barreira, propõe-se a realização de campanhas educativas, a incorporação de temas de segurança em reuniões regulares e o reconhecimento formal de boas práticas. Conforme relato de um dos investigadores entrevistados: "Não basta implementar tecnologias e normas se não houver uma mudança de mentalidade. A segurança precisa ser internalizada como valor institucional por todos os servidores" (Entrevistado 9).

Por fim, a sétima diretriz contempla o estabelecimento de mecanismos de auditoria, monitoramento e melhoria contínua das práticas de contrainteligência. Recomenda-se a criação de indicadores objetivos de desempenho, a realização de testes periódicos de vulnerabilidade e a implementação de um sistema de registro e análise de incidentes de segurança. Estas medidas possibilitariam não apenas a identificação precoce de fragilidades, mas também a adaptação dinâmica dos protocolos diante da evolução das ameaças e do surgimento de novas tecnologias de proteção.

A implementação destas diretrizes, de forma coordenada e progressiva, constituiria um marco significativo no fortalecimento da segurança orgânica das delegacias de polícia, com impactos positivos não apenas na proteção de bens e informações sensíveis, mas também na eficácia investigativa e na credibilidade institucional. O desenvolvimento de um programa estruturado de contrainteligência representaria, assim, não um fim em si mesmo, mas um instrumento estratégico para a potencialização das capacidades operacionais e para a consecução da missão institucional da Polícia Civil.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente investigação analisou a aplicação de técnicas de contrainteligência no âmbito das Delegacias de Polícia Civil de Goiás, com ênfase particular nas unidades subordinadas à 2ª Delegacia Regional de Polícia de Aparecida de Goiânia. O estudo revelou um panorama de



vulnerabilidades significativas nos sistemas de proteção institucional, especialmente relacionadas à custódia de objetos apreendidos e à salvaguarda de informações sensíveis, evidenciando a necessidade premente de aprimoramento das práticas de segurança orgânica.

O diagnóstico realizado identificou fragilidades em todas as cinco áreas tradicionais da segurança orgânica – pessoal, documentação, comunicações, materiais e instalações. Estas vulnerabilidades decorrem de fatores como a ausência de capacitação específica em contrainteligência, a escassez de protocolos padronizados, a inadequação da infraestrutura física e tecnológica, e a inexistência de uma cultura organizacional efetivamente orientada para a segurança preventiva. Tais deficiências aumentam significativamente os riscos institucionais, comprometendo não apenas a integridade dos bens custodiados, mas também a eficácia investigativa e a credibilidade da instituição perante a sociedade.

A análise dos procedimentos atuais de contrainteligência revelou um cenário de fragmentação e informalidade, com iniciativas isoladas que carecem de sistematização e respaldo institucional. Verificou-se que, embora existam normativas gerais sobre segurança da informação no âmbito da Polícia Civil, sua implementação nas unidades operacionais é inconsistente e, por vezes, precária. A ausência de uma estrutura organizacional específica para a gestão da contrainteligência e a escassez de mecanismos formais de avaliação e tratamento de riscos contribuem para a perpetuação de práticas inadequadas e para a vulnerabilidade institucional diante de ameaças internas e externas.

Com base nos resultados obtidos, foram propostas sete diretrizes fundamentais para a implementação de um programa estruturado de contrainteligência nas delegacias estudadas: 1) criação de estrutura organizacional dedicada, preferencialmente com a instituição de Núcleos de Segurança Orgânica; 2) desenvolvimento de programa sistemático de capacitação; 3) estabelecimento de Procedimentos Operacionais Padronizados; 4) implementação de sistema integrado de gestão de riscos; 5) investimento em infraestrutura tecnológica de segurança; 6) desenvolvimento de cultura organizacional de segurança; e 7) estabelecimento de mecanismos de auditoria, monitoramento e melhoria contínua.

A implementação destas diretrizes, de forma coordenada e progressiva, representaria um avanço significativo na proteção institucional, contribuindo não apenas para a redução dos incidentes relacionados ao desaparecimento ou subtração de objetos apreendidos, mas também para



o fortalecimento da capacidade operacional da Polícia Civil no enfrentamento às organizações criminosas. A adoção de práticas estruturadas de contrainteligência constitui, assim, um investimento estratégico, com repercussões diretas na eficácia investigativa e na preservação da integridade institucional.

Como limitações do estudo, destacam-se o caráter não probabilístico da amostra, que restringe a generalização estatística dos resultados, e o foco específico nas delegacias subordinadas à 2ª DRP de Aparecida de Goiânia, o que pode não refletir integralmente a realidade de outras unidades da Polícia Civil goiana. Para investigações futuras, sugere-se a ampliação do escopo geográfico da pesquisa, a aplicação de metodologias quantitativas complementares e o desenvolvimento de estudos comparativos com instituições policiais de outros estados ou países.

Apesar destas limitações, os resultados obtidos oferecem subsídios concretos para o aprimoramento das práticas de contrainteligência nas delegacias de polícia, contribuindo tanto para o avanço do conhecimento acadêmico sobre o tema quanto para a qualificação das políticas institucionais de segurança orgânica. O fortalecimento da contrainteligência emerge, assim, como componente fundamental de uma política integrada de segurança pública, alinhada com os princípios de eficiência, transparência e responsabilidade que devem nortear a atuação das instituições policiais em um estado democrático de direito.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, André; TORRES, Mariana. Governança e participação social nas políticas públicas de segurança. *Revista Brasileira de Administração Pública*, Brasília, v. 55, n. 4, p. 789-812, 2021.
- ALMEIDA, Rodrigo Martins. Gestão de materiais apreendidos em instituições policiais: desafios e perspectivas. *Revista Brasileira de Ciências Policiais*, Brasília, v. 10, n. 2, p. 155-178, 2019.
- BARBOSA, Leonardo; SANTANA, Carolina. Arquitetura de segurança para instalações policiais: princípios e aplicações. *Revista de Arquitetura e Urbanismo*, São Paulo, v. 27, n. 3, p. 88-107, 2020.
- BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2016.
- BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Secretaria Nacional de Segurança Pública. *Doutrina Nacional de Inteligência de Segurança Pública*. Brasília: SENASP, 2016.
- CARDOSO, Marcos Vinícius. Segurança orgânica nas delegacias de polícia de Goiás: diagnóstico e proposições. *Segurança Pública: Estudos e Pesquisas*, Goiânia, v. 3, n. 2, p. 67-89, 2021.
- CARVALHO, Paulo Roberto. Segurança de pessoal no contexto da atividade policial: fatores de risco e medidas preventivas. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, São Paulo, v. 12, n. 1, p. 218-235, 2018.



- CEPIK, Marco. Inteligência, contrainteligência e segurança pública: conceitos, limites e desafios. *Revista Brasileira de Inteligência*, Brasília, v. 5, n. 10, p. 23-40, 2018.
- COSTA, Henrique Araújo. A normalização do desvio em organizações públicas: análise sob a perspectiva da segurança organizacional. *Administração Pública e Gestão Social*, Viçosa, v. 10, n. 3, p. 190-201, 2018.
- FERNANDES, André Luis. Contrainteligência nas organizações policiais brasileiras: desafios e perspectivas. *Revista Brasileira de Ciências Policiais*, Brasília, v. 9, n. 1, p. 203-226, 2018.
- FERNANDES, Ricardo; COSTA, Paula. Gestão de riscos aplicada à segurança orgânica: um modelo para instituições policiais. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, Taubaté, v. 17, n. 2, p. 156-173, 2021.
- GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.
- GONÇALVES, Joanisval Brito. *Atividade de inteligência e legislação correlata*. 5. ed. Niterói: Impetus, 2016. LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. *Metodologia científica*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2021.
- MARINO, Ricardo Alves. Protocolos de segurança em delegacias de polícia: um estudo comparativo. *Revista de Estudos em Segurança Pública*, Belo Horizonte, v. 9, n. 2, p. 97-118, 2017.
- MENDES, Claudio; SANTOS, Luiza; OLIVEIRA, Ricardo. Segurança da informação digital no contexto policial: desafios contemporâneos. *Revista de Direito, Governança e Novas Tecnologias*, Florianópolis, v. 7, n. 1, p. 43-62, 2021.
- MIRANDA, Carlos Eduardo. *Fundamentos de segurança orgânica*. 3. ed. Brasília: Academia Nacional de Polícia, 2020.
- NASCIMENTO, Rodrigo Lima. Dimensões da segurança orgânica: aplicações no contexto da segurança pública. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 155-172, 2019.
- OLIVEIRA, Bruno Carvalho. Contrainteligência policial: uma abordagem sistêmica. *Revista Brasileira de Inteligência*, Brasília, v. 14, n. 2, p. 65-84, 2019.
- OLIVEIRA, Mariana Costa. Segurança orgânica na Polícia Civil de Goiás: um estudo sobre a custódia de armas e drogas apreendidas. *Revista Goiana de Segurança Pública*, Goiânia, v. 5, n. 1, p. 118-137, 2022.
- PACHECO, Thiago; LIMA, Débora; MARTINEZ, Carlos; SANTOS, Regina. Tecnologias de proteção em delegacias de polícia: implementação e desafios. *Revista de Administração e Inovação Tecnológica*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 3, p. 267-286, 2020.
- RIBEIRO, Felipe; MONTEIRO, Elisa. Segurança orgânica em delegacias especializadas: particularidades e desafios operacionais. *Revista de Ciências Policiais*, São Paulo, v. 3, n. 1, p. 142-165, 2018.
- SILVA, Antônio Carlos. Segurança cibernética nos órgãos policiais: vulnerabilidades e estratégias de proteção. *Revista Brasileira de Segurança Digital*, Brasília, v. 2, n. 1, p. 78-96, 2020.



TORRES, Rafael Mendonça. Gestão de riscos aplicada à segurança de materiais apreendidos: o caso das delegacias especializadas da Polícia Civil de São Paulo. Cadernos de Segurança Pública, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p. 102-123, 2021.



APÊNDICE I

Secretaria de
Estado da
Segurança
Pública



ESTADO DE GOIÁS
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA

Referência: Processo nº 202500007040416

Interessado(a): SÉRGIO HENRIQUE
ALVES

Assunto: Autorização para aplicação de questionário no âmbito de pesquisa acadêmica.

DESPACHO Nº 808/2025/GAB

1 Autos em que o Delegado de Polícia, Sérgio Henrique Alves, nos termos do Ofício nº 40.672/2025 (SEI nº 74623543), solicita o seguinte:

Solicito autorização para aplicar aos integrantes das forças de Segurança Pública do Estado de Goiás, e autorização de acesso à dados estatísticos, informações, relatórios, fatos e imagens dos Observatórios de Saúde dos Órgãos da SSPGO, com intuito de compor trabalho científico, requisito obrigatório para conclusão do Curso de Especialização em Gerenciamento em Segurança Pública – CEGESP 2025, ofertado pela Coordenadoria de Ensino da SSP-GO em parceria com a Universidade Estadual de Goiás – UEG, no qual encontro-me devidamente matriculado e cursando, conforme demonstra a homologação das inscrições constantes no SEI nº 202400002157820.

2 O questionário, que integra o Projeto de Pesquisa do solicitante, foi intitulado “Técnicas de Contraineligência Aplicadas às Delegacias de Polícia Civil de Goiás”. O objetivo geral do estudo é propor a aplicação de técnicas de contraineligência no âmbito das Delegacias de Polícia Civil de Goiás, em especial nas delegacias e grupos especializados subordinados à 2ª Delegacia Regional de Polícia (2ª DRP) de Aparecida de Goiânia, com foco na proteção de informações sensíveis e na mitigação de riscos internos e externos, principalmente em relação ao desaparecimento e furto de objetos apreendidos.



3 No Despacho nº 226/2025 (SEI nº 74722950), a Coordenadoria de Ensino da SSP manifestou-se favorável ao atendimento do pedido, considerando a relevância dos trabalhos desenvolvidos no mencionado curso e sua contribuição para o aprimoramento técnico das instituições policiais.

4 Nesse sentido, autorizo a aplicação do referido questionário e encaminhamento os autos à Delegacia-Geral da Polícia Civil para e cientificação ao interessado.



Goiânia, 22 de maio de 2025.

RENATO BRUM DOS SANTOS
Secretário de Estdo da Segurança Pública



Documento assinado eletronicamente por **RENATO BRUM DOS SANTOS, Secretário (a) de Estado**, em 22/05/2025, às 13:58, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.go.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador **74742560** e o código CRC **7E375000**.



Referência:
Processo nº 202500007040416

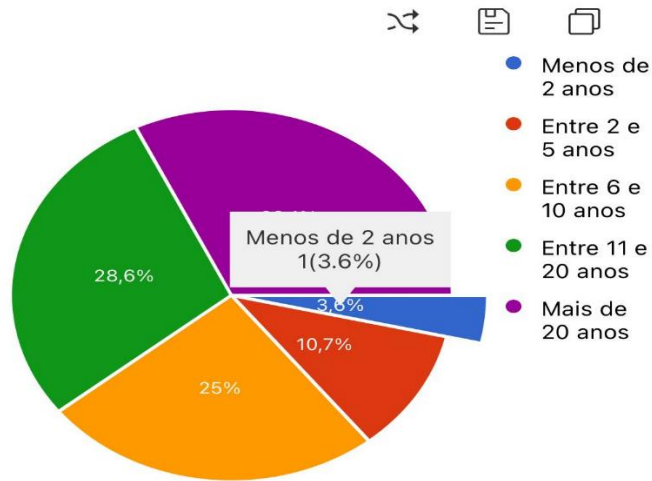
SEI 74742560



APÊNDICE II - QUESTIONÁRIO: CONTRAINTELIGÊNCIA NAS DELEGACIAS DA POLÍCIA CIVIL DE GOIÁS

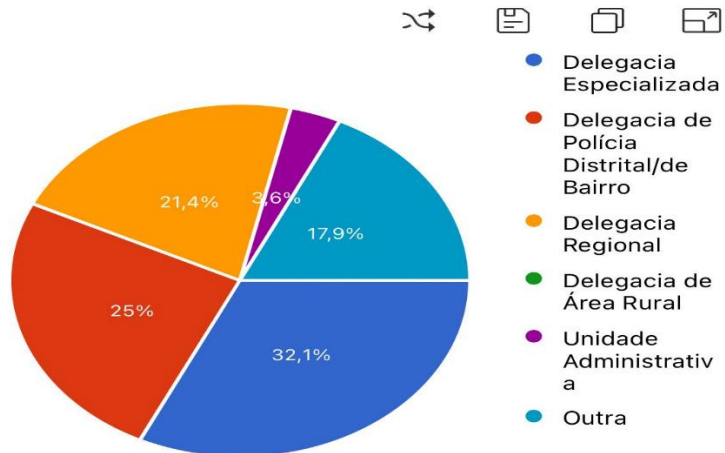
Tempo de serviço na Polícia Civil:

28 Respostas



Qual sua unidade de lotação atual?

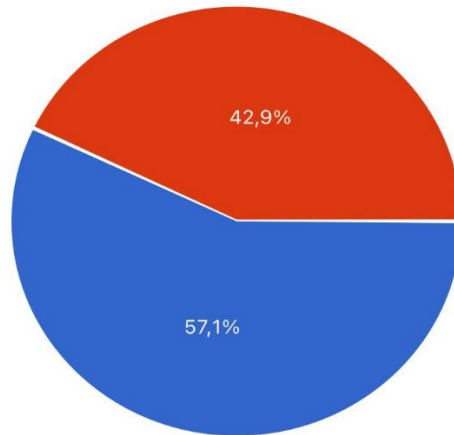
28 Respostas





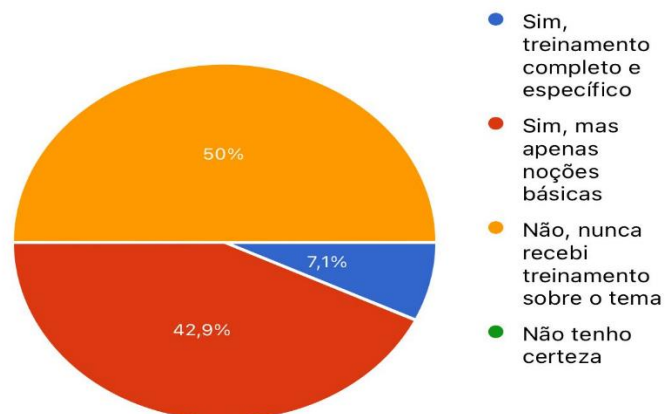
Você atualmente desempenha função de gestão/chefia?

28 Respostas



Você já recebeu treinamento formal em contrainteligência ou segurança orgânica ao longo de sua carreira?

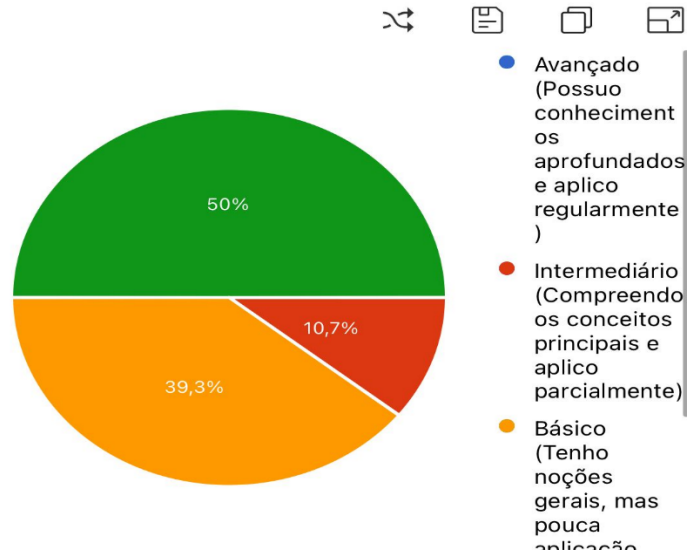
28 Respostas





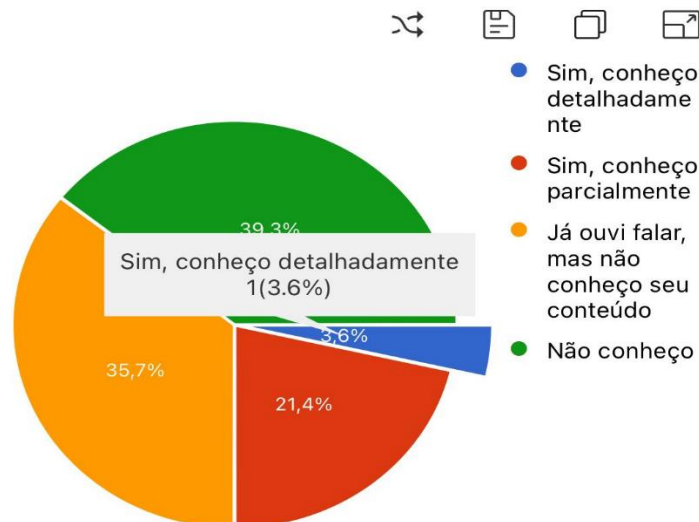
Como você avalia seu nível de conhecimento sobre contrainteligência e segurança orgânica?

28 Respostas



Você conhece a Doutrina Nacional de Inteligência de Segurança Pública (DNISP)?

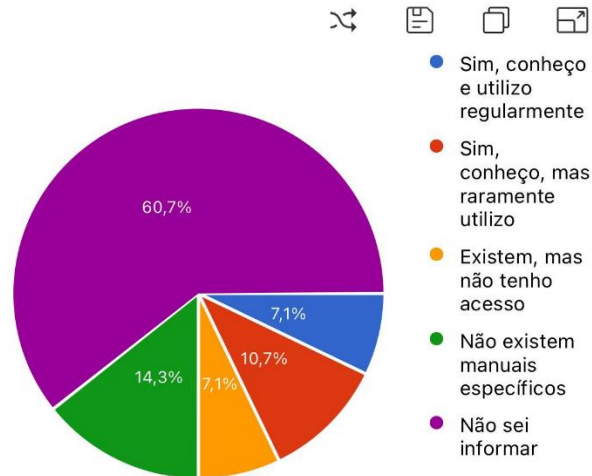
28 Respostas





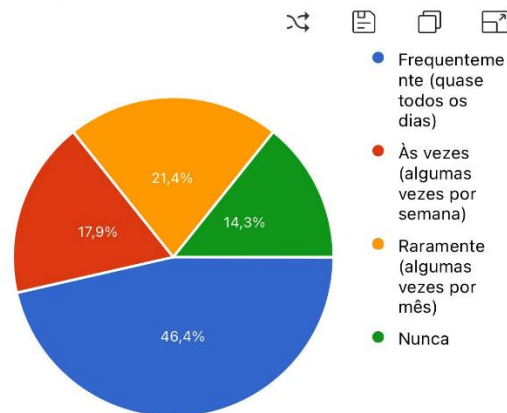
Você tem conhecimento de manuais ou diretrizes formais sobre contrainteligência ou segurança orgânica específicos para sua unidade?

28 Respostas



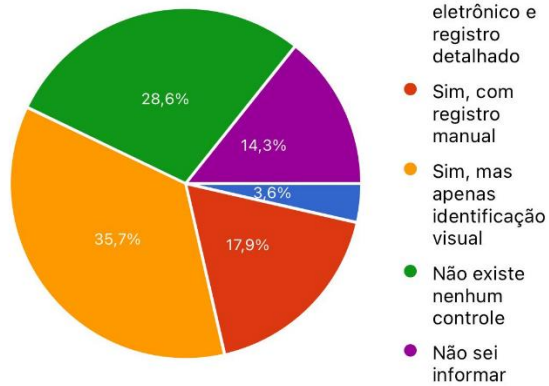
Com que frequência você utiliza aplicativos de mensagens pessoais para compartilhar informações relacionadas a investigações?

28 Respostas



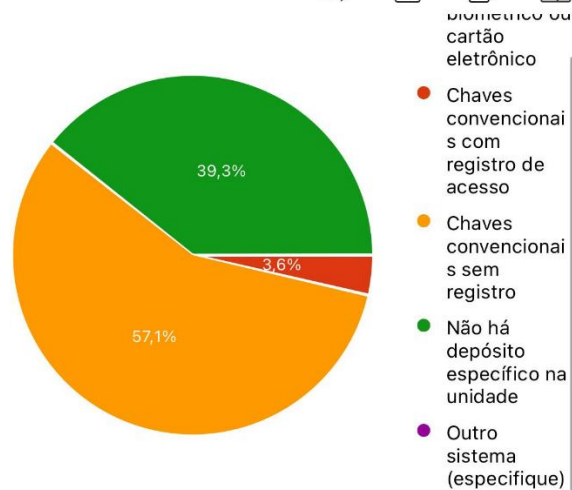
Na sua unidade de trabalho, existe controle de acesso para visitantes externos?

28 Respostas



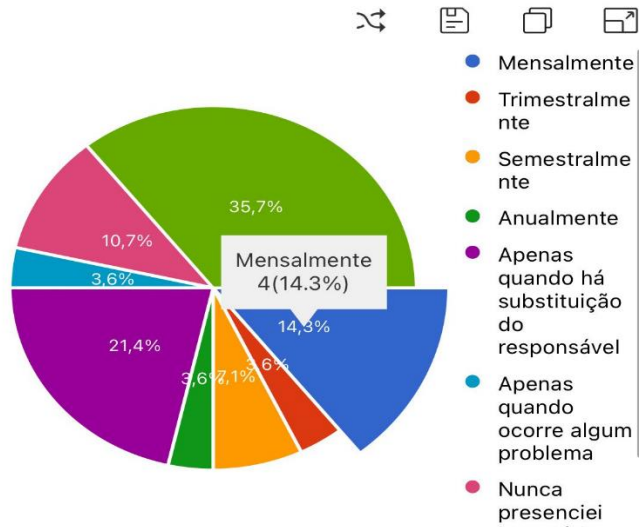
Como é feito o controle de acesso aos depósitos de materiais apreendidos em sua unidade?

28 Respostas



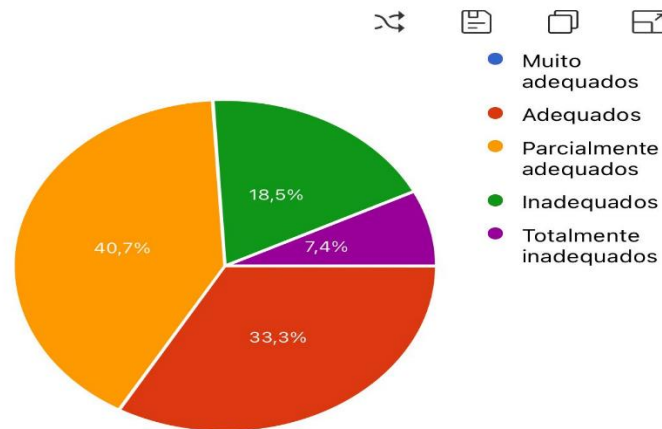
Com que frequência são realizados inventários nos depósitos de materiais apreendidos?

28 Respostas



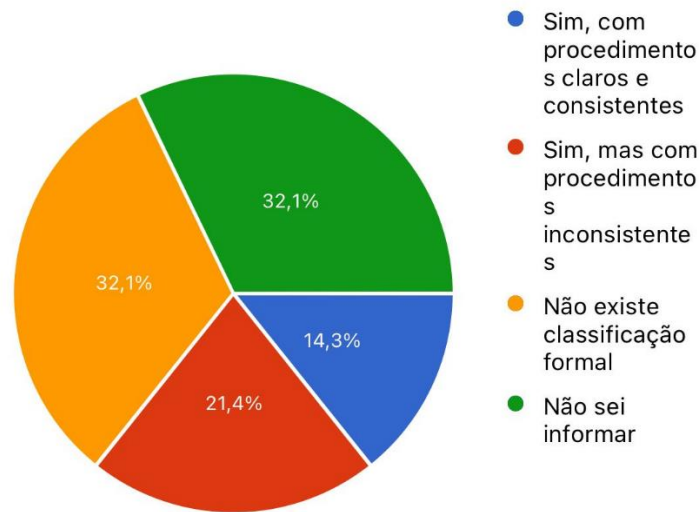
Como você classifica os procedimentos para registro e documentação de objetos apreendidos em sua unidade?

27 Respostas



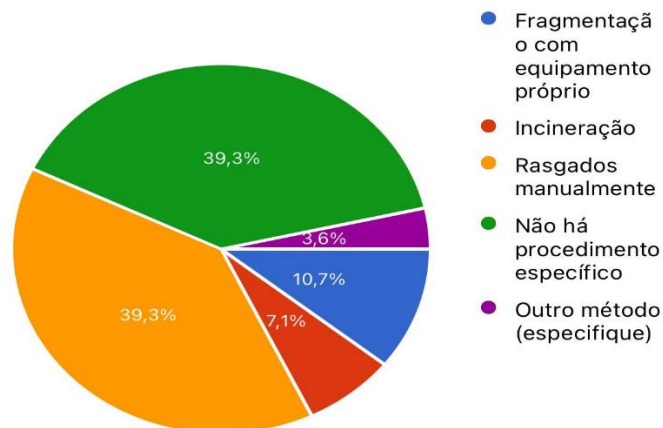
Na sua unidade, existe classificação formal de documentos segundo níveis de sigilo?

28 Respostas



Como é realizado o descarte de documentos sensíveis em sua unidade?

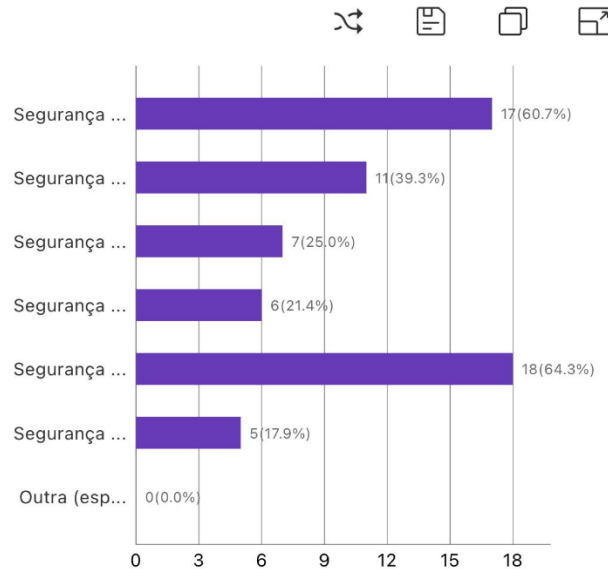
28 Respostas





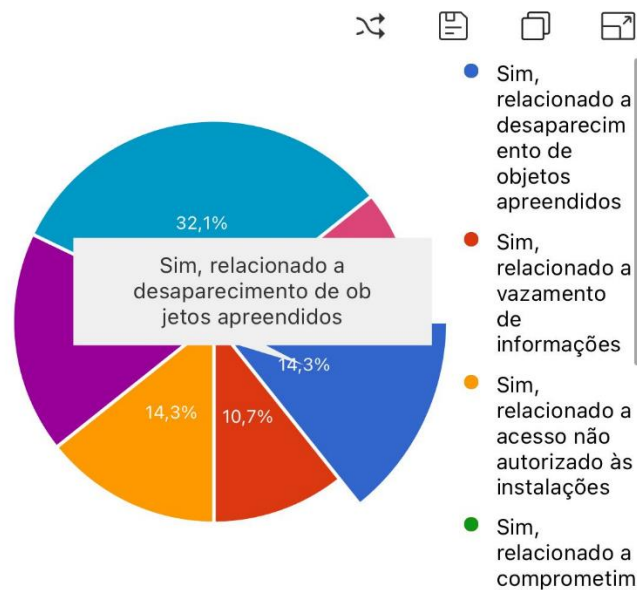
Na sua percepção, quais são as áreas mais vulneráveis em termos de segurança orgânica em sua unidade?

28 Respostas



Você já presenciou ou teve conhecimento de algum incidente relacionado a falhas de segurança em sua unidade?

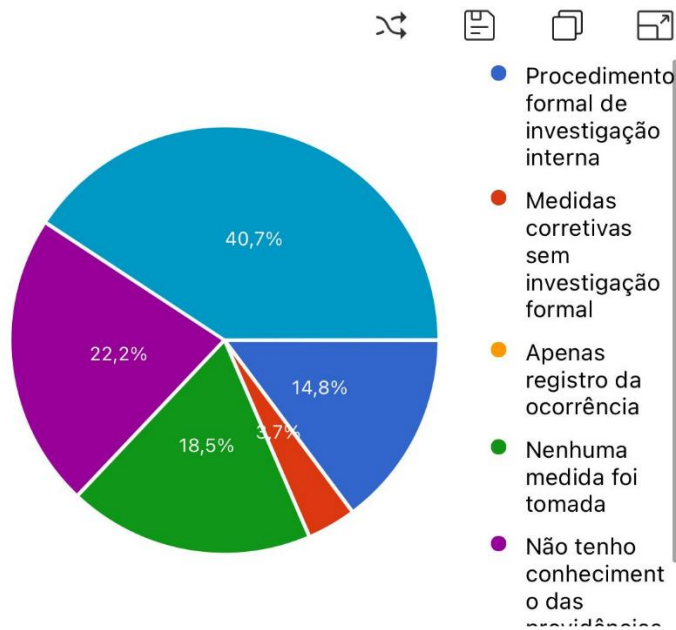
28 Respostas





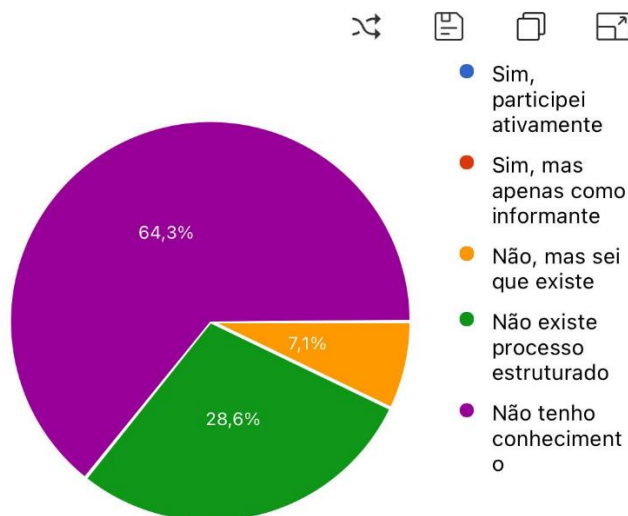
Caso tenha respondido "sim" à questão anterior, como o incidente foi tratado?

27 Respostas



Você já participou de algum processo estruturado de identificação e tratamento de vulnerabilidades em sua delegacia?

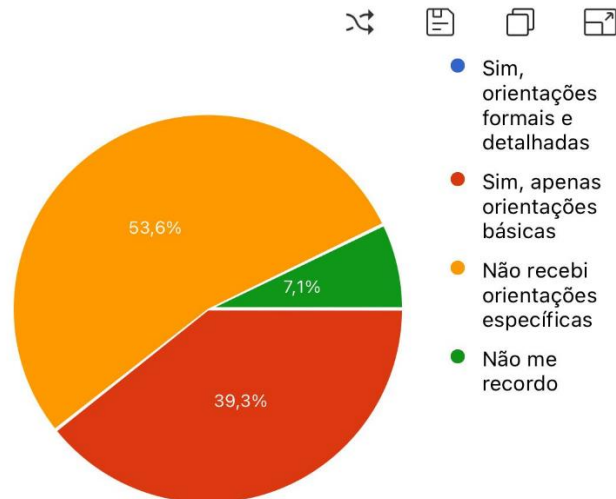
28 Respostas





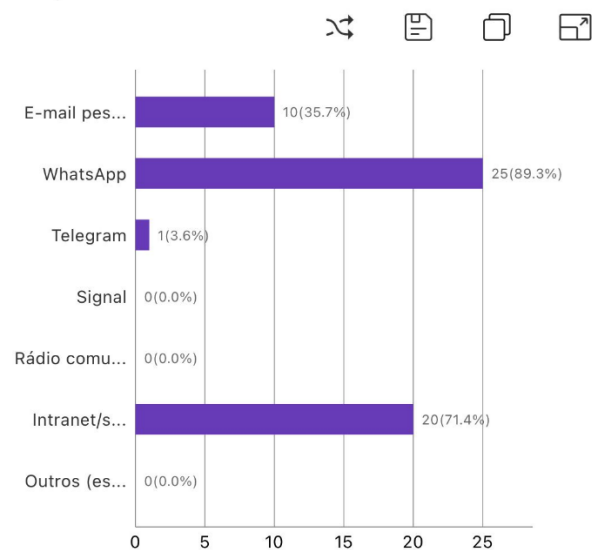
Você recebeu orientações específicas sobre segurança digital e uso adequado de redes sociais?

28 Respostas



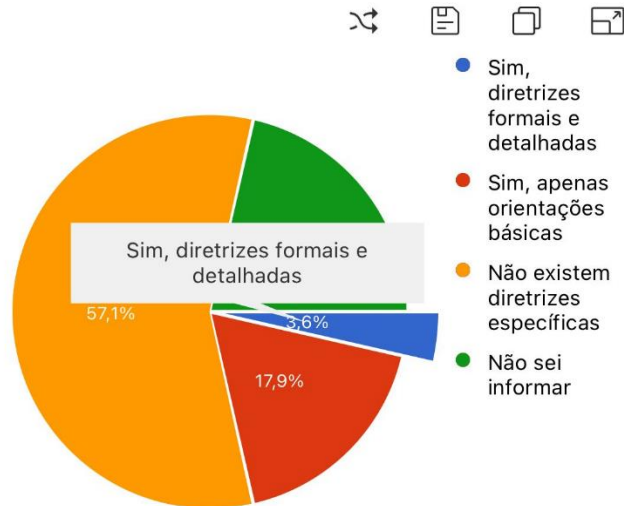
Quais ferramentas ou aplicativos você utiliza para comunicações relacionadas ao trabalho?

28 Respostas



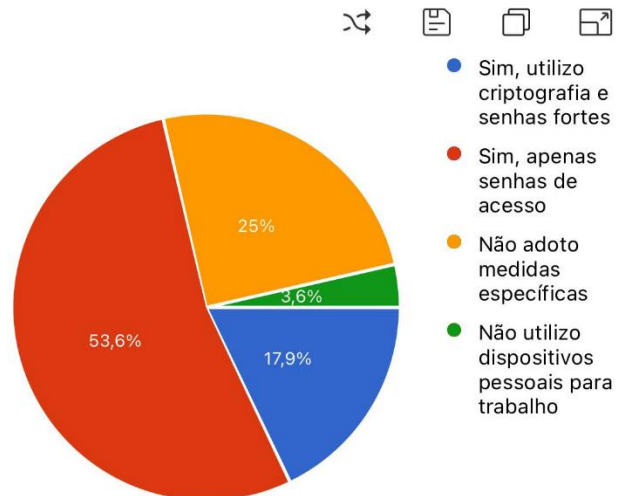
Sua unidade possui diretrizes específicas sobre o uso seguro de dispositivos eletrônicos e redes sociais?

28 Respostas



Você adota medidas de segurança para proteger informações sensíveis em seu dispositivo pessoal utilizado para trabalho?

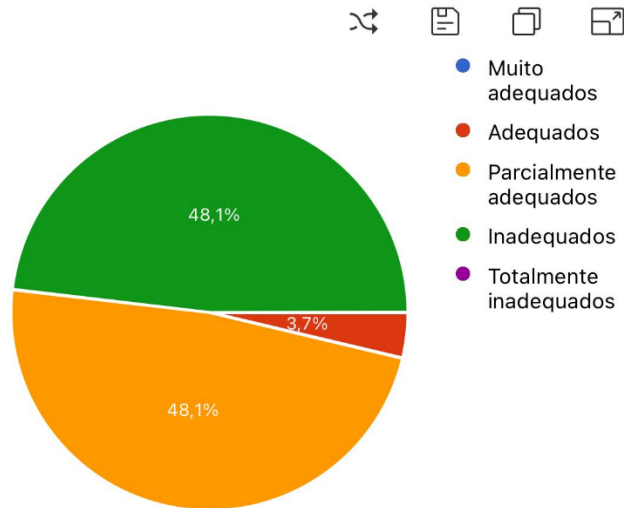
28 Respostas





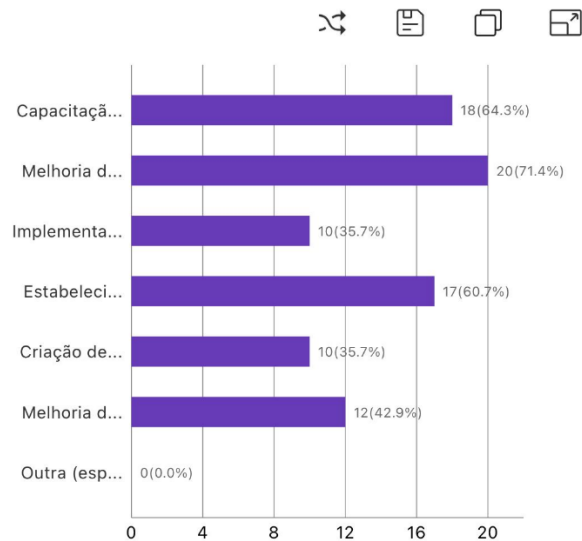
Como você avalia os procedimentos atuais de contrainteligência em sua unidade?

27 Respostas



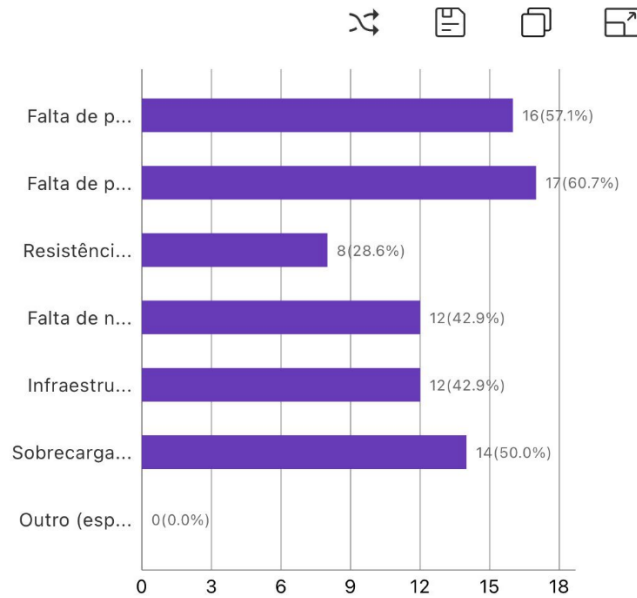
Na sua opinião, qual seria a medida mais urgente para melhorar a segurança orgânica das delegacias?

28 Respostas



Na sua opinião, qual o principal fator que dificulta a implementação de medidas efetivas de contrainteligência nas delegacias?

28 Respostas



Você estaria disposto a participar de treinamentos específicos em contrainteligência e segurança orgânica?

28 Respostas

